

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

GABRIELLE SANTIAGO VIEIRA MEDEIROS.

As relações entre Brasil, China e Estados Unidos:

A condução da pandemia da covid-19.

BRASÍLIA 2022

GABRIELLE SANTIAGO VIEIRA MEDEIROS

As relações entre Brasil, China e Estados Unidos.

A condução da pandemia da covid-19.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Luciano da Rosa Muñoz.

BRASÍLIA 2022.

GABRIELLE SANTIAGO VIEIRA MEDEIROS.

A condução da pandemia da covid-19.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Luciano da Rosa Muñoz.

BRASÍLIA, 09 de junho de 2022.

BANCA AVALIADORA

Professor (a) Orientador.

Professor (a) Avaliador.



AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica é um mar de desafios, e sempre quando passamos por desafios, ter o apoio e ajuda de pessoas que amamos e admiramos, nos ajudam a tornar os dias mais leves e serenos. Este trabalho só foi possível ser desenvolvido e concluído, devido ao amor e apoio de inúmeras pessoas que integram a minha vida.

Gostaria de agradecer a minha querida mãe Sirlene, que foi a primeira a me impulsionar e me inspirar a ser uma estudante universitária. Uma mãe que sempre foi e é amiga, inspiração e suporte, para mim e para o meu irmão. Muito obrigada pelo ouvido alugado durante esse processo, mamãe.

Ao meu doce e fiel Yan, agradeço por ter mergulhado comigo nesse desafio, passando horas e horas ouvindo e discutindo os temas deste trabalho, com o maior prazer e paciência. Ele foi meu primeiro leitor e ouvinte, meu companheiro e amor.

Agradeço imensamente ao meu irmão João pelos momentos de descontração e diversão que passamos juntos, esses momentos me ajudaram a ter dias e momentos mais leves. Agradeço também ao meu pai Euclides, pelo suporte e apoio que recebi durante essa jornada.

Aos meus colegas de classe e amigos para vida, Carol, Pedro, Luisa e William, obrigada por dividirem o momento de vocês comigo e por deixarem que eu dividisse o meu momento com vocês, essa jornada acadêmica só foi possível porque sempre fomos unidos.

Aos meus professores, vocês fazem parte da minha vida e da minha história, agradeço imensamente a todos que fizeram parte desta formação de curso, e em especial ao meu querido Orientador Prof. Luciano Muñoz, que me guiou com paciência, conhecimento, zelo e carinho durante este trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer Aquele que sempre esteve comigo, mesmo quando eu me sentia só e com medo, ao meu Deus, que com sua infinita graça e bondade, me permitiu viver esse momento com a maior paz e alegria possível, nada disso seria possível sem as bênçãos e cuidados Dele. Te amo meu Pai.



RESUMO.

Este trabalho tem como propósito de análise geral a política externa brasileira, dando enfoque nas relações exteriores entre Brasil, China e EUA, no contexto da pandemia da covid-19. O objetivo desta monografia é realizar um estudo de caso das relações supracitadas e expor como este fenômeno inédito afetou as áreas econômicas, sociais, políticas e diplomáticas da política externa brasileira a partir da condução e direção do Governo Bolsonaro. Será utilizado como auxílio de interpretação e compressão os paradigmas da política externa brasileira. Os métodos utilizados na composição deste trabalho foram o estudo de caso, método interpretativo e método histórico, através de artigos científicos de Relações Internacionais, Política Externa Brasileira e Economia Política Internacional, que se encontram nas referências bibliográficas deste trabalho. Depreende-se que o tema estudado e abordado é de grande relevância para a academia de relações internacionais e para a população como um todo, uma vez que a relação do Brasil com a China e EUA é imprescindível para a manutenção da política externa brasileira, as atividades que ligam os três países refletem diretamente em várias áreas do Brasil, sendo o estudo e conhecimento destas relações uma boa forma de aperfeiçoar e melhorar a ligação de tais estados, tanto por especialistas, quanto por indivíduos de senso comum, o trabalho é justamente um leque que acolhe a compreensão de todos.

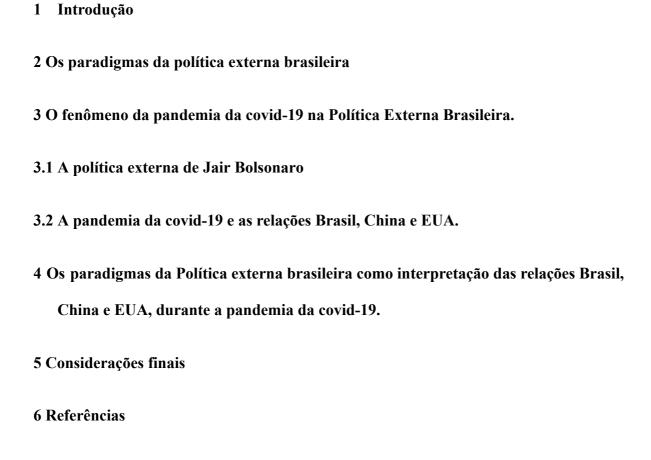
Palavras Chave: política externa brasileira; Brasil; China; EUA; pandemia; covid-19.

ABSTRACT.

The purpose of this monography is a general analysis of Brazilian foreign policy, focusing on the foreign relations between Brazil, China and the United States, in the context of the covid-19 pandemic. The idea of this work is to conduct a case study of the aforementioned relations and expose how this unprecedented phenomenon has affected the economic, social, political and diplomatic areas of Brazilian foreign policy from the conduct and direction of the Bolsonaro Government. Will also be used as an aid to interpretation and compression the paradigms of Brazilian foreign policy. The methods used in the composition of this work were the case study, interpretive method and historical method, through readings of International Relations, Brazilian Foreign Policy and International Political Economy, which can be found in the bibliographical references of this work. It is understood that the subject studied and addressed is of great relevance to the academy of international relations and to the population as a whole, since Brazil's relationship with China and the US is essential for the maintenance of Brazilian foreign policy, the activities that link the three countries reflect directly in various areas of Brazil, and the study and knowledge of these relations is a good way to improve and enhance the connection of such states, both by experts and by individuals of common sense, the work is precisely a range that welcomes the understanding of all.

Keywords: brazilian foreign policy; Brazil; China; USA; pandemic; covid-19.

SUMÁRIO.



1 Introdução

Esta monografia busca analisar e compreender as mudanças ocorridas na política externa brasileira entre as relações Brasil e China, e as relações Brasil e Estados Unidos, durante a condução da pandemia da covid-19 no Governo Bolsonaro (gestão Ernesto Araújo) e quais resultados essas políticas tiveram, principalmente os reflexos nos âmbitos políticos, diplomáticos e econômicos, a partir dos discursos anti-China e pró EUA da gestão Bolsonaro.

Desde o início de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro já vinha expressando a sua preferência de ligação com as políticas norte-americanas e afastamento com algumas nações, como China, Cuba e Venezuela. Entretanto, o que parecia ser uma estratégica política, tornou-se um embate ideológico entre os principais atores envolvidos, Brasil, China e EUA, tendo sofrido um agravamento com a pandemia da covid-19 a partir de declarações condenatórias a República da China e declarações pró EUA.

Como égide de análise das relações entre os Estados supracitados, este trabalho contará com alguns paradigmas da política externa brasileira para tentar compreender as políticas adotadas, como o paradigma americanista, globalista, autonomista e institucionalismo pragmático, que estiveram presentes nas relações exteriores brasileira e auxiliam a compreender variados períodos da PEB. (LIMA, 1994), (SARAIVA, 2010).

O trabalho é divido em três seções, na primeira abordaremos os paradigmas da política externa brasileira, suas correntes, conceitos e autores, que formularam e desenvolveram alguns dos principais conceitos de estudo da PEB. Já na segunda seção, será apresentado o ponto central deste trabalho, o fenômeno da pandemia da covid-19 e a atuação da gestão Bolsonaro nas políticas exteriores brasileiras. A última seção, destaca o estudo e junção das duas primeiras, analisaremos o fenômeno da pandemia da covid-19 a partir da égide dos paradigmas da política externa brasileira e a forma como estes conceitos explicam alguns acontecimentos que desenrolaram no decorrer deste embate ideológico que foi a pandemia da covid-19.

2 Paradigmas e conceitos da política externa brasileira

O conceito de política externa diferencia-se entre alguns autores, Manfred Wilhelmy, a caracteriza como um conjunto de atividades políticas, atendendo a cada interesse de determinado Estado perante os demais Estados no cenário internacional. Já Russell, traz uma visão ampliada dessa compreensão, afirmando que a política externa como espaço de ação particular de políticas de governo é dividida em três partes: a política diplomática, militar estratégica e econômica. (OLIVEIRA, 2005). Somando isto, para Oliveira (2005), a política externa refere-se à atuação do Estado em face de sua relação com os atores do cenário internacional, como organizações não-governamentais, empresas, grupos sociais, Estados etc.

A história das relações exteriores brasileiras nos mostra como as políticas externas foram se modificando e complementando ao longo dos anos, em detrimento de períodos e governos. Entre esses períodos, o Ministério das relações exteriores, com seu recurso à formulação de conteúdos específicos, expôs dois paradigmas muito relevantes para a análise e estudo da política externa brasileira, o paradigma americanista e o paradigma globalista, os quais serão as principais referências teóricas deste trabalho. (LIMA, 1994).

O paradigma americanista, teve seu início de formulação e consolidação decorrente da famosa gestão do Barão do Rio Branco. O conceito abrange características como os Estados Unidos sendo visto como principal potência global e eixo da política exterior do Brasil. (LIMA, 1994). Durante seu período de condução das relações exteriores brasileiras, Barão do Rio Branco direcionou o Brasil a ter uma maior aproximação com os EUA, que de acordo com Ricupero (2006), tinha motivações derivadas da *realpolitik* internacional e fatores econômicos. Um dos fatores responsáveis por auxiliar a firmar esse paradigma que inicialmente ficou conhecido como "paradigma de Rio Branco", foi a chamada "convergência ideológica", que expressa a identificação de valores entre os países, como as questões fronteiriças do Brasil com o Acre, que também era de interesse interno dos norte-americanos. Outros dois fatores que também influenciaram, foram o diferencial de poder entre o Brasil e os EUA, como uma oportunidade de colocar a influência e poder dos EUA a favor do Brasil, e em decorrência dos dois fatores anteriores, o último requeria sobre a prioridade em que o Brasil deveria tratar suas relações com os EUA, fazendo com que este paradigma perdurasse até o início da

década de 60. (RICUPERO, 2006). Após a morte do Barão, a política externa brasileira teve uma queda de repercussão até meados da década de 30, os próximos gestores tiveram dificuldades devido algumas circunstâncias do cenário internacional; entretanto, o traço principal desse período foi a continuidade do bom relacionamento com os Estados Unidos, em aspectos políticos e econômicos. (LIMA, 2006).

No curso da era Vargas, o Brasil passava por muitas dificuldades políticas, sociais e econômicas, devido ao cenário da depressão econômica internacional e possível aproximação de guerra. Segundo Moura (1980), as decisões da política externa brasileira dessa época correspondem mais a dinâmica da conjuntura política brasileira doméstica, na qual o Brasil estava dividido entre as potências hegemônicas do cenário internacional da época (EUA e Alemanha), e com a intenção de ainda não escolher lados, Vargas instituiu a "equidistância pragmática", que agia como uma forma de aproximação alternada entre uma potência e outra, usufruindo do poder de barganha entre os Estados para próprio interesse nacional. (MOURA, 1980). Entretanto, passando a década de 1930 e entrando no início da década de 1940, o cenário internacional, tanto em questões econômicas e de guerra, teve uma mudança radical, fazendo com que a política externa brasileira deixasse de ter um posicionamento irresoluto, na qual Vargas prontamente escolheu a alternativa que parecia ser mais útil para o Estado brasileiro, aproximando-se dos Estados Unidos e trazendo novamente o protagonismo e reafirmação do paradigma americanista no cenário político brasileiro. (LIMA, 2006).

No tempo do governo de Gaspar Dutra, a política externa brasileira deu continuidade às premissas adotadas durante o primeiro governo de Vargas, mantendo e aumentando o alinhamento direto com os Estados Unidos. Com o mundo modificado após a Segunda Guerra, o cenário internacional apresentou novas direções de políticas entre os Estados, os EUA e a URSS estavam travando uma guerra ideológica (Guerra Fria), o que fez com que o mundo ficasse dividido novamente. Devido esse contexto de bipolaridade, os EUA estavam trabalhando cada vez mais suas relações exteriores como ator central do cenário internacional, dando maior ênfase e atenção às relações com a Europa, Japão e Ásia, para manter um maior nível de influência e relação sobre os Estados que poderiam ascender como médias potências, no que acarretou deixar a América Latina, e mais precisamente o Brasil "esquecidos", por mais ou menos uma década, mas mesmo com esse comportamento exclusivista, o Brasil manteve as

premissas de anticomunismo, segurança, desenvolvimento e alinhamento com os Estados Unidos. (LIMA, 2006).

Dentro deste contexto de Guerra Fria, o paradigma americanista acaba se ramificando em duas vertentes dentro de seu conceito, o americanismo ideológico e o pragmático, sendo conhecidos também como paradigmas da Guerra Fria. O americanista ideológico consistia em sustentar a aliança com os EUA devido fatores de ordem normativa ideológica, isto é, aliança a partir de convergência de ideais entre ambos os países era o parâmetro para haver e manter as relações, e naquele período o Brasil ia de encontro com os ideais norte americanos, como o ódio ao comunismo, proteção do ocidente e extremo conservadorismo. Já o americanista pragmático, apresentasse como uma vertente mais focada em ser útil e prática, Ricupero (2006) a descreve como uma busca para maximizar o poder de barganha do país por meio da exploração das opções em competição, ou seja, manter as relações a partir dos principais interesses brasileiros, independente de ideologia, um exemplo deste americanismo pragmático, é quando o Brasil mantém simultaneamente o acordo comercial de 1935 com os EUA e os acordos de "marcos de compensação" com a Alemanha nazista, pensando sempre na maximização do poder de barganha. (RICUPERO, 2006).

No decorrer de todo esse processo, embora em alguns momentos a aproximação do Brasil com os EUA tenha ocorrido de forma pragmática e outra ideológica, a participação dos EUA foi muito importante na construção da política externa brasileira, o que fez com que o americanismo estivesse cada vez mais presente como um paradigma da política externa.

Em contrapartida ao paradigma exposto anteriormente, o paradigma globalista, destacou-se no final da década 50 e início da década de 60. Este conceito é paralelo à ideia dos norte-americanos como eixo central da política externa brasileira, tendo uma visão voltada à universalização das relações internacionais do Brasil. Um dos principais expoentes a trazer este paradigma para a política externa brasileira foi o diplomata Araújo Castro. O fato do Brasil estar em partes se desvinculando do alinhamento automático e preferencial à política norte-americana, deu a possibilidade do país aumentar o desenvolvimento da capacidade industrial e autonomia no sistema internacional. Favorável ao ideal de desenvolvimento, inicialmente, o paradigma

globalista abrange a matriz econômica da proposta de reforma das relações econômicas internacionais da Comissão econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com o propósito de torná-los mais permanentes aos interesses de países em desenvolvimento. Um dos principais méritos para a formulação do CEPAL, foi seu sentido universalizante e sua capacidade de fornecer uma identidade de desenvolvimento econômico característico dos países em desenvolvimento, apesar de suas diferenças, contando que no cenário internacional os países que mais tinham espaço em organizações, tratados e etc., eram os Estados desenvolvidos pertencentes ao Leste-Oeste, mas agora os Estados emergentes Norte-Sul, ganhavam seu protagonismo. (LIMA, 1994).

Juscelino Kubitschek, quando assumiu a condução do Estado brasileiro em 1956, buscava novos parceiros econômicos que fossem mais úteis ao desenvolvimento do Brasil, desde que os EUA deixaram o Brasil de escanteio em suas políticas no final da Segunda Guerra, representando um momento de transição de busca por autonomia para diversificar parceiros comerciais. Inicialmente JK buscou manter o alinhamento com os norte-americanos, mas vendo que as expectativas brasileiras não estavam sendo alcançadas, diversificou suas relações, criando relacionamentos econômicos políticos com países como, Japão, continente Europeu e até mesmo URSS, por meio da assinatura de um convênio comercial em 1959, para venda de café e importação de petróleo; mesmo tendo certas preferências as políticas norte-americanas, JK abriu a porta para a mudança do paradigma americanista pois tinha o grande objetivo de trazer o Brasil para mais perto do desenvolvimento econômico. (LIMA, 2006).

Em seguida a PEB de JK, os governos Jânio Quadros e João Goulart, sofisticaram a ideia da diversificação das parcerias políticas e econômicas, sendo os promissores do paradigma globalista, dando a abertura para a real globalização das relações exteriores brasileiras. Algo que destacou isso ainda mais foram as afirmações políticas de não preferência aos EUA na época, que trouxeram a reforma da política externa independente, que sinteticamente prezava pela ampliação do mercado externo, a formulação autônoma do desenvolvimento econômico brasileiro, sem interferências e influências externas e mantinham a ênfase de manutenção da paz. Em suma buscavam aprofundar a busca por autonomia e diversificação decisória iniciada ainda em JK, mas que foi interrompida devido ao início do período militar em 1964. Durante o período da ditadura militar, o regime foi dividido em duas partes, o de realinhamento com as políticas norte-americanas e consequentemente reavivamento do paradigma

americanista, destacado no período de Castello Branco e o pragmatismo responsável, que trazia a ideia de diversificação de mercado e políticas, retomando a política externa independente, destacado nos governos Costa e Silva e Geisel. Neste período a diversificação econômica foi muito importante, pois o Brasil passava por uma grande crise econômica devido às dívidas externas, por isso as relações mantiveram-se universalizadas. (SATO, 1998).

Após analisarmos e termos a noção da construção e consolidação dos paradigmas americanistas e globalista, nota-se a importância que tiveram ao longo do contexto histórico da política externa brasileira, demonstrando fases e governos que se alinhavam mais a um e mais a outro, auxiliando o entendimento das tomadas de decisões de determinados governos, uns voltados para o alinhamento direto com os Estados Unidos e outros com ideais voltados para a globalização das relações internacionais no Brasil.

De acordo com Saraiva (2010), a política externa brasileira é marcada pela continuidade de suas correntes e ações formuladas, mas que mesmo em um contexto de consolidação de diretrizes, e nesse caso, de paradigmas, os cenários podem ser modificados. Os conceitos formulados pelo Itamaraty (americanista e globalista) tiveram um peso importante nas relações exteriores brasileiras, mas em detrimento de um novo cenário com a chegada Guerra Fria, estes paradigmas já não tinham tanto encaixe nas políticas adotadas, fazendo com que surgissem novos conceitos e paradigmas para a Política Externa Brasileira, como o de Institucionalismo Pragmático e de Autonomia, a fim de diversificar a forma com que o Brasil dialogava com o mundo. Este contexto da Guerra Fria foi marcado pela tendência de buscar uma maior "autonomia pela participação", em suma, autonomia de presença e interação nas relações com os Estados, o que fez com que o Ministério das Relações Exteriores criasse agendas e temas, para estudo de variados conteúdos das relações internacionais, e entre esses novos temas e agendas, ascenderam os direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear, assuntos que floresceram ainda mais nos regimes internacionais através de organizações internacionais, organizações não governamentais e até mesmo através tomadas de atitude de determinados Estados. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Os novos paradigmas surgiram em alternados períodos de Governos. O Institucionalismo Pragmático, teve seu protagonismo no período de Fernando Henrique

Cardoso. O conceito e possível novo paradigma, tinha como característica principal a identificação das relações entre os Estados que favorecessem o desenvolvimento econômico brasileiro, este grupo conceitual é taxado como "liberal". A diplomacia desta época está contextualizada em um ambiente de cooperação internacional entre os atores do sistema internacional, em que se acreditava cada vez mais nas instituições internacionais e principalmente na área comercial, o que faz com que a diplomacia brasileira aborde um comportamento denominado como "global player", que significa grande intensificação de participação nos foros multilaterais internacionais, pois buscava aceleradamente colocar o Brasil em destaque com as grandes potências, uma tática adotada para esse fim foi focar em alianças com países desenvolvidos e ocidentais, como Estados Unidos e Europa. Outro ponto destacado pelos institucionalistas pragmáticos, é a ideia de uma visão diferente dos conceitos de soberania e autonomia. Em suma, os principais pontos defendidos pelos institucionalistas pragmáticos consistiam na preservação da democracia e incentivo à integração econômica. (SARAIVA, 2010) e (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Já o conceito e paradigma de Autonomia, está presente na política externa brasileira desde a política externa independente, e um período em que o conceito de autonomia teve promissor encaixe, foram nos anos do governo Lula, dando continuidade também em alguns fatores da "autonomia pela participação" apresentados no período FHC e no Institucionalismo pragmático, mas com algumas mudanças pontuais, como o foco na "autonomia pela diversificação". O principal aspecto da corrente autonomista, pontua-se na busca e defesa de uma visão mais autônoma e ativa do Brasil nas relações e políticas exteriores. Essa autonomia é voltada para a "emancipação" de alguns Estados que antes o Brasil mantinha relações estritas, para relações diversificadas e universalizadas buscando a autonomia, estabilidade e espaço do Brasil no cenário internacional. A política aplicada no Governo Lula, era colocar o Brasil em papel de liderança na América Sul, sendo o país que influencia e ampara os vizinhos Sul-Americanos, se colocando em um papel de "potência Latino-Americana", a fim de se apresentar como potência no cenário internacional, visando não apenas beneficio próprio para o Brasil, mas também para os vizinhos sul-americanos. A diplomacia atua justamente na área de inserção de países em desenvolvimento em agendas e espaços no sistema internacional que geralmente são ocupadas apenas pelos países do Ocidente e desenvolvidos, destacando-se como uma diplomacia ativista, buscando justamente diminuir o unilateralismo e aumentar a cooperação, com o ideal de diversificação e ampliação de relacionamentos entre Estados e instituições internacionais.

Outro aspecto em que se destaca o paradigma autonomista no período de Lula e FHC, é na diplomacia presencial exercitada pelos exs presidentes, que consistia em reger uma direção ativa pessoal sobre os assuntos da política externa, entrando e participando dos temas discutidos juntos com os órgãos competentes, mesmo não sendo atribuição direta dos presidentes. Conforme discorre Danese (2017), este fenômeno ocorreu devido a intensidade da agenda de política externa do presidente e a ênfase dada no discurso diplomático à diplomacia presidencial, em suma, seria introduzir o presidente como ''chanceler'' que participaria ativamente das agendas em conjunto com os órgãos da área. (DANESE, 2017).

Entre outros pontos, destacam-se o aproveitamento das possibilidades de cunho econômico, financeiro e tecnológico. Neste período o Brasil mantém as relações político-econômicas com os Estados Unidos estáveis e promissoras, mas sem tratamento de exclusividade. Todas essas tomadas de decisões caminhavam para um único objetivo, a diversificação e autonomia brasileira no cenário internacional. (SARAIVA, 2010; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Ambos os institucionalistas pragmáticos como os autonomistas, formam recentes conceitos inseridos na política externa brasileira, que auxiliam o entendimento e análise das relações exteriores do Brasil com os Estados, tornando-se temas extremamente relevantes para a compreensão dos acontecimentos inseridos no contexto atual.

3 O fenômeno da pandemia da covid-19 na Política Externa Brasileira.

3.1 A política externa de Jair Bolsonaro.

Desde o período da corrida presidencial, durante o ano de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro, vinha apresentando variados posicionamentos que destacavam sua preferência por uma ligação direta e automática com a política externa norte-americana de Donald Trump, com o enfoque voltado mais para relações bilaterais que multilaterais. O Chanceler Ernesto Araújo, sustentava que Donald Trump era o único responsável que conseguiria liderar o Ocidente. Araújo fazia uma defesa exacerbada da cultura Ocidental, ressaltando suas tradições, patriotismo, "espírito" e nacionalismo, com a intenção de proteger a civilização Ocidental dos "males" apresentados pela civilização muçulmana, e apresentava críticas ao globalismo das relações entre os Estados como subversão da real missão do governo, destacando-o como uma doutrina de ódio que afastou o Brasil de seus interesses nacionais durante anos, por ser deixado de lado o patriotismo nacional e valores da família e religião, algo bem presente na política norte-americana de Donald Trump. Entre algumas de suas propostas descritas no programa de governo e declarações durante a campanha, observa-se as que ressaltam essa preferência de forma clara, como a substituição do Programa Mais Médicos pelo Médicos pelo Brasil, na qual afetou diretamente as relações com Cuba, país que era parceiro do programa anterior, o ataque ao Acordo de Paris, a decisão do Brasil de não sediar a Conferência do Clima, o desleixo nos cuidados com as questões ambientais, na qual o Brasil constitui 60% da região Amazônica, o abandono da prioridade da diplomacia de diversificação com países do Terceiro Mundo e da América do Sul, a falta de abertura a povos refugiados, com o anúncio do chanceler Ernesto Araújo de que o Brasil sairia do Pacto Global de Migração, seguindo outros cinco Estados de direita que também rejeitaram o pacto (EUA, Israel, Polônia, Hungria e República Tchéquia) e o distanciamento político-diplomático em relação à China, país que compete com os Estados Unidos na corrida de potência global. (CARVALHO, 2019; DUARTE, 2020; MONTEAGUDO, 2021; AGÊNCIA BRASIL, 2019; AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Uma vez eleito e ocupando de fato o cargo de presidente da República Federativa do Brasil, os posicionamentos de Jair durante seu tempo de campanha eleitoral não se modificaram, apenas se intensificaram. De acordo com Casarões (2020), Bolsonaro tem suas premissas voltadas para um eixo mais tradicional e conservador, como a priorização da família, religião, nacionalismo, relações ocidentais e um ódio exacerbado e tardio ao comunismo. Após a vitória de Bolsonaro nas urnas eletrônicas, o país ficou cada vez mais polarizado, divido em dois lados, o que fez com que o Presidente recriasse a identidade do Brasil no âmbito doméstico e internacional, destacando aliados e inimigos, e assim reafirmando e deixando claro suas políticas para o país, estando entre as principais, para as relações exteriores brasileiras, o estreitamento das relações do Brasil com demais países de direita e extrema direita, como os Estados Unidos de Trump, Israel de Beijamim Netanyahu e a Hungria de Viktor Orbán. Bolsonaro não se encontrou e dialogou somente com figuras que ocupassem cargos de governo em seus países, em 2021 ele se encontrou com a neta de um ex-ministro das Finanças da Alemanha durante o regime nazista de Adolf Hitler e líder do partido de extrema direita da Alemanha (AfD), Beatriz Von Storch, que disse estar impressionada com a compreensão do presidente Bolsonaro sobre problemas da Europa e seus desafios. (CASARÕES, 2020; MAZUI, 2021).

Já no início do governo Bolsonaro, Casarões (2020) pressentia que o alinhamento direto entre Brasil, EUA e consequentemente Israel, poderia atrapalhar as relações econômicas entre alguns dos principais parceiros de comércio exterior brasileiro, a China e os continentes Árabes. Esse enfoque em parcerias bilaterais e não multilaterais, traz uma identificação com a premissa antiglobalista, que atrapalha as relações exteriores brasileiras.

No decorrer dos primeiros anos da política externa de seu governo, Bolsonaro sempre buscou demonstrar seu alinhamento com os norte-americanos. Na ONU, reverteu o voto brasileiro antes adotado sobre saúde reprodutiva, questão de gênero e violação de direitos humanos contra a Palestina. Outros acontecimentos que também

reforçam esse posicionamento do Brasil, foram os "conflitos" gerados em relação a Estados socialistas, como Cuba e Venezuela, que Trump tanto queria intervir e que Bolsonaro se colocou à disposição para ser útil as decisões do presidente norte-americano, afinal o posicionamento territorial brasileiro em relação a Venezuela era estratégico para Trump, que tinha muito interesse em intervir para derrubar o governo Maduro.

Entretanto, apesar da boa vontade da política externa brasileira de se alinhar com a norte americana, os EUA não viam o Brasil com tal prioridade, durante o governo Trump, suas políticas aproveitaram para abranger seus próprios interesses no relacionamento com o Brasil, como por exemplo, induzir o Brasil a deixar o status especial na OMC, em troca de auxiliar e apoiar o Brasil a ingressar na OCDE, processo que foi iniciado em 2017, mas que ainda permanece em expectativa. Para o Brasil, a entrada na OCDE representaria um alinhamento ainda maior com a ideologia norte-americana e colocaria o país cada vez mais no rumo do desenvolvimento econômico, por isso Jair estava tão empenhado em tentar o pleito. O desejo do presidente Bolsonaro de ter uma relação recíproca com os Estados Unidos era tão notório, que o Brasil oficializou a entrada de norte-americanos no país sem visto, almejando a reciprocidade de atitude por parte do presidente Donald Trump, algo que não aconteceu. (CASARÕES, 2020; VIDIGAL, 2019).

Dentro deste cenário de estreitamento de laços entre Brasil-EUA, a China sentiu certos desconfortos nas relações diplomáticas com o Brasil, por ser um constante alvo de ataques dos EUA, mas estes desconfortos não abalaram as relações comerciais dos países. A China teve relações boas e estáveis com o Brasil durante muitos anos, sendo o maior parceiro econômico do país há uma década, isso pesou para que Jair Bolsonaro reavaliasse suas atitudes de não preferência perante o país, na qual resultou em uma modesta quebra da animosidade antes criada, devido as futuras negociações do 5G na América Latina, as queimadas da floresta Amazonia, que a China defendeu o governo Bolsonaro de não ter culpa e um encontro formal e presencial dos presidentes dos respectivos países. Essa aproximação de relações não deixou o presidente Trump alegre, que demonstrou sua infelicidade com clareza através de manifestações em redes sociais. O presidente norte-americano Donald Trump, sempre deixou claro sua insatisfação com o crescente desenvolvimento econômico e tecnológico da China, na qual descrevia como "ameaça chinesa", e como parte de sua política com países da

América Latina, ele procurou estreitar laços com o Brasil, como uma forma de desafiar a ascensão chinesa no âmbito internacional. Essa rivalidade entre China e EUA, fez com que o Brasil ficasse em uma posição e situação pendular com ambos os países durante um tempo. (CASARÕES, 2020; VIDIGAL, 2019).

3.2 A pandemia da covid-19 e as relações Brasil, China e EUA.

A partir da análise da política externa de Bolsonaro, podemos identificar as políticas precisas e pontuais que o presidente vem tomando, a fim de criar um ideal único para seu Governo, podendo ter como destaque um dos principais pontos, maior enfoque bilateral que multilateral.

Entretanto, no início do ano de 2020, todo o cenário internacional teria uma reviravolta com a chegada do vírus SARS-CoV-2, comumente conhecido como coronavírus ou covid-19. O início da pandemia da covid-19, aconteceu através da transmissão do vírus em uma cidade chinesa chamada Whuan, no início da propagação muito pouco se sabia sobre a doença e suas variáveis, percebendo apenas que a disseminação ocorria de forma rápida e contínua, sendo transmitida por meio do contato de pessoas. (TRINDADE; BUSS; SOUSA, 2020). O fato de o vírus ter aparecido primeiro em Whuan, na China, levantou várias controvérsias ao redor do mundo sobre a China ser a grande responsável pela pandemia do coronavírus, o presidente Donald Trump, em alguns de seus vários posicionamentos, declarou que a China era culpada pela disseminação do vírus e que deveria tê-lo contido, alegando que os Estados Unidos iriam fazer investigações sérias contra o país. (TRUMP, 2020).

O tratamento do Brasil com a República da China não foi muito diferente, uma vez alinhado e decidido a manter o viés do presidente norte americano, Bolsonaro e alguns parlamentares, como seu filho e deputado federal Eduardo Bolsonaro, acusa a China do mesmo feito. O primeiro citado, durante um pronunciamento oficial, insinua que o vírus SARS-CoV-2 pode ter sido criado em um laboratório, para benefício de determinado país que teve um alto índice de crescimento do PIB no decorrer da pandemia, sem citar nomes ele se referia a China, entretanto as afirmações feita pelo presidente já haviam sido desconsideradas pela Organização Mundial da saúde, o segundo citado, deputado Eduardo Bolsonaro, comparou o fenômeno de Chernobyl e a ditadura soviética, com o fenômeno do coronavírus e com o governo chines, alegando

que tudo era culpa da China, causando grande desconforto e crise diplomática, na qual o Embaixador da China no Brasil prontamente repudiou as declarações, demonstrando preocupação sobre o futuro das relações entre Brasil e China. (MILITÃO, 2021; EDUAR, 2021). Um outro episódio marcante que destaca esse tratamento hostil do Brasil com a China, envolveu o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que acusou a China de serem os responsáveis pela criação e disseminação do vírus da covid-19, denominando-o de "comunavírus" (ARAÚJO, 2021), na qual trouxe vários problemas para a contenção do vírus no Brasil, uma vez que a China era a responsável por direcionar vários equipamentos e métodos de contenção do vírus, como os equipamentos de proteção individual e as vacinas. (ARBEX, 2021).

Quando as negociações de compra e venda da vacina contra a covid-19 que foi formulada pela China tiveram mais espaço em âmbito internacional, Bolsonaro se apegou em fazer críticas contra o antídoto e promover a droga hidroxicloroquina, tanto defendida e aclamada pelo presidente norte americano Donald Trump, nesta corrida ideológica contra a vacina e a favor da droga hidroxicloroquina, medicamento sem comprovação científica de eficácia para tratamento do SARS-CoV-2, Bolsonaro recebeu dos EUA 2 milhões de doses do medicamento, momento em que o Chanceler Ernesto Araújo ressalta a cooperação e alinhamento entre EUA e Brasil, mantendo o afastamento da China e das negociações da vacina. Essas questões ideológicas sobre a aprovação e reprovação da vacina, foram comuns em países de extrema direita ao redor do mundo, imperando o negacionismo frente a inédita pandemia. (VERDÉLIO, 2020; CASARÕES; MAGALHÃES, 2021; MARCELLO, 2021).

Ainda mantendo está contenda de vaivém, na 13ª cúpula do BRICS, que ocorreu em 09/09/2021, Bolsonaro ressaltou a importância das relações Brasil e China, afirmando que o país teve papel essencial na contenção do vírus da covid-19, com o fornecimento de insumos para vacinas contra a doença e afirmou que ambos os países estão vivendo uma ótima fase de parceria comercial. (FERNANDES 2021). Entretanto, mesmo depois da reunião e com essa possível demonstração de baixa na animosidade das relações, Bolsonaro voltou a atacar a vacina contra a covid-19 fabricada na China, Coronavac.

Mais recentemente, em setembro de 2021, houve um atentado um pouco mais drástico, devido a inflamação de preconceitos contra a China, um ataque ao Consulado

da China no Rio de Janeiro, que ocorreu através de uma bomba caseira no estabelecimento. Logo após o ocorrido, o Ministério das Relações exteriores da China respondeu que "condena fortemente" o incidente e que o considera grave, ressaltando que o Brasil deve dar "grande importância ao assunto", apresentando ainda que espera das autoridades brasileira uma investigação minuciosa, enquanto o presidente Jair Bolsonaro nada falou sobre o atentado. (NINIO, 2021).

Neste contexto da pandemia, a China não sofreu ataques somente por conta do coronavírus, outro episódio desgostoso responsável pelos atritos entre os dois países, foi um comentário na rede social twitter, feito pelo Deputado Federal e filho do presidente da república, Eduardo Bolsonaro, na qual dizia que a China gostaria de usar a liderança tecnológica do 5G para espionar outros países e minar liberdades mundo afora, por ser regida por um Partido Comunista, muito da argumentação e justificativa para tais ataques, se dá pelo apelo e apoio incondicional as políticas americanistas de Donald Trump, que mantinha os mesmos ataques aos chineses. Essa animosidade do Brasil com a China em um tema diferente da pandemia da covid-19, nos elucida como o Brasil estava sob influência direta dos norte-americanos, "comprando brigas" dos EUA e da China, na qual o Brasil poderia se beneficiar caso não tomasse partido, mas o desejo de estar intrinsecamente ao lado dos EUA de Donald Trump não permitia outra estratégia.

A tentativa de aproximação do Brasil com os EUA, pelo Governo Bolsonaro, quase que exclusiva, não alcançou a expectativa esperada devido ao alto índice de interdependência do Brasil com a China, país que foi duramente atacado em alguns momentos pelo presidente Jair Bolsonaro, seus filhos parlamentares e outras personalidades que integram seu governo. Em uma breve análise e reflexão dos fatos expostos, podemos perceber que as relações entre Brasil e China, foram mais afetadas moralmente e diplomaticamente, que comercialmente e mesmo criando algumas barreiras políticas, a República Chinesa continua sendo o maior parceiro comercial do Brasil. (NOVA, 2021).

4 Os paradigmas da Política externa brasileira como interpretação das relações Brasil, China e EUA, durante a pandemia da covid-19.

A partir da interpretação das políticas exteriores adotadas no Governo Bolsonaro e das polêmicas que rondam as relações entre Brasil, China e EUA, podemos notar como os paradigmas da Política externa brasileira se destacam durante e antes deste período governamental e como passou por algumas reviravoltas em sua constância habitual.

Durante o período da Guerra Fria, os paradigmas americanista e globalista se destacaram nas relações entre os Estados como modelos que conduziram o andamento do cenário internacional. Logo após esse período, a partir de mudanças da formulação da política externa brasileira, surgiram novos paradigmas, como o institucionalismo pragmático e o autonomista, que se encaixaram e fizeram parte dos últimos períodos da política externa brasileira. Enquanto analisamos as tomadas de decisões do Governo Bolsonaro em suas relações com a China e Estados Unidos, durante a pandemia da covid-19, é notório a descontinuidade e reafirmação de alguns desses paradigmas.

Conforme analisamos na primeira seção, durante os governos de Fernando Henrique e Luiz Inácio, os paradigmas autonomista e de institucionalismo pragmático estiveram presentes nas ações apresentadas pelos governantes, trazendo ao mesmo tempo inovação e continuidade nos modelos de direção da política externa brasileira. No período governamental de FHC, tivemos uma grande ascendência de uma

diplomacia autônoma e presidencial, o ex-presidente estava focado em construir uma narrativa política internacional que antes não havia sido tão veementemente adotada, sua vertente básica é a integração econômica e o protagonismo do presidencialismo nas relações internacionais brasileiras, abrindo espaço para outros atores se inserirem no cenário internacional também, dando credibilidade para as instituições internacionais e intensificando os foros multilaterais. A priori dessas mudanças de direcionamento da política externa, se deu pelo ímpeto de colocar o Brasil ao lado das grandes potências, cobranças da sociedade civil por mais integração da sociedade e resquícios de questões internas, como a Crise da Dívida Externa da América Latina. Enquanto essas mudanças ocorriam, houve a inserção e atenção de novos temas na agenda da política externa brasileira, como os direitos humanos, meio ambiente e a não proliferação nuclear, que obtiveram espaço devido essa pluralização que estava rondando a PEB.

Ao mesmo tempo em que na era Lula manteve-se alguns modelos já estabelecidos pelo governo de Fernando Henrique, o ex-presidente Luiz Inácio trouxe a premissa de maior autonomia para as relações exteriores brasileiras. As políticas adotadas consistiam em intensificar a aliança do Brasil com os países da América Latina, criando um forte vínculo que tinha como objetivo pôr o Brasil em um papel de liderança da região Latino-Americana, para que se sobressaísse no cenário internacional, na qual acabou gerando uma identidade de solidariedade nas relações com países mais pobres, além de dar importância para as agendas raciais, de meio ambiente, direitos humanos etc. Outro ponto em que Luiz Inácio deu espaço para a autonomia, foi em sua diplomacia presidencial direta, na qual o ex-presidente se manteve muito presente nas visitas e reuniões oficiais com Chefes de Estado, no fim de seu mandato, Lula havia visitado 48 países e passado 159 dias em expedições diplomáticas em vários países, colocando o Brasil sempre em destaque no cenário internacional. (POWER; CASON, 2009).

O objetivo central de todas essas integrações políticas, econômicas e diplomáticas abordadas nas eras Cardoso-Lula, era ascensão brasileira em todas essas áreas, para chegar ao ápice como potência, a globalização dessas relações era de muita valia para que esse objetivo fosse alcançado, pois uma vez que o Brasil diversificasse mais as relações exteriores, maiores seriam as oportunidades e destaque dentro do cenário internacional, e alguns exemplos disso foi a saída do Brasil do mapa da fome e o aumento de parcerias com medicamentos genéricos e vacinas contra doenças, com

uma política internacional a favor da redução dos preços dos remédios. (CUNHA, 2014), (RIO, 2002).

Quando lembramos os ideais que foram mantidos durante as eras Cardoso-Lula e observamos o rumo que a política externa brasileira está tendo durante a era Bolsonaro, notamos uma certa descontinuidade desses paradigmas. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro sempre deixou claro os valores que seriam aplicados durante o seu governo, a priorização da família, religião, nacionalismo e relações ocidentais, em suma tudo pode ser entendido em seu maior bordão, "Deus acima de todos, Brasil acima de tudo".

Podemos perceber como Bolsonaro traz de volta a sua política o paradigma americanista, com a premissa de alinhamento direto com o governo de Donald Trump, o ódio exacerbado a países socialistas e os discursos nacionalistas, características que marcam o paradigma, trazendo ainda para um nicho mais profundo do conceito, o americanismo ideológico, na qual Bolsonaro mantém forte aliança devido convergência nos ideais aplicados pelo governo Trump.

Se voltarmos um pouco à história da política externa brasileira, e refletirmos alguns governos posteriores, como o de Gaspar Dutra e Castelo Branco, podemos comparar e identificar essa ideologia e ligamento automático de Bolsonaro com a política norte-americana. Durante a década de 40, a era Dutra ficou marcada com o fim da segunda guerra mundial, nesse contexto, os Estados Unidos estavam ocupando um novo espaço e papel central como potência global no cenário internacional. A Guerra Fria que sucedeu a Segunda Guerra Mundial também foi responsável por colocar os Estados Unidos cada vez mais em papel de destaque e de ordenador das relações internacionais, na qual tinham como principais premissas o ódio ao comunismo, o conservadorismo e a priorização do Ocidente. Todos esses fatores implicaram em Dutra o desejo de estar alinhado ao governo norte americano, mantendo um alinhamento de cunho ideológico por manter as relações ainda mais as assíduas devido convergência de ideais do seu governo com os EUA, e por mais que a relação não fosse tão recíproca por parte dos norte americanos, Dutra permaneceu fiel às premissas do promissor ator central do cenário internacional.

Com Castelo Branco não foi diferente, apesar de ter sido a menor fase governamental dentro do período do regime militar, a era Castelo Branco foi a que

maior teve convergência ideológica com os Estados Unidos, neste momento a visão do alinhamento com os EUA é primordial pelos líderes brasileiros como elemento integrante e inseparável da luta interna contra a subversão comunista, a maior ameaça que pairava no mundo naquele contexto. O governo Castelo Branco, via esse alinhamento ideológico também como uma forma de poder promover o Brasil no cenário internacional como uma "história de sucesso" sendo um modelo alternativo ao comunismo e executado pelos Estados Unidos. Durante essa fase de grande entrega na relação de ambos os países, o Brasil chegou a receber auxílio financeiro para reerguer a economia e as políticas publicas do país, as quais tiveram grande influência norte-americana nas novas formulações. Em nenhum outro momento da história do relacionamento de ambos os países houve uma troca tão intensa, refletindo em articulações e programas de ajuda econômica bilateral. Outro ponto que destaca esse alinhamento, são as fronteiras ideológicas apresentadas por Castello Branco, que em seu governo defendia não apenas os espaços territoriais, mas também seus ideais, crenças e valores. Nesta fase de Castello Branco, podemos notar e identificar as duas vertentes do paradigma americanista ganhando força, tanto o lado ideológico quanto o pragmático. (RICUPERO, 2006).

A partir dessa retrospectiva, conseguimos perceber como Bolsonaro reativou o lado ideológico do paradigma americanista, uma vez que desde o início de seu governo o atual presidente demonstra afeiçoar-se com o Governo de Donald Trump a partir da convergência de ideias, como o ódio ao comunismo, a defesa do nacionalismo, da religião e do mundo Ocidental. Podemos notar essa convergência ideológica principalmente durante a pandemia da covid-19, período em que o Presidente Bolsonaro acatou vários posicionamentos do Presidente Donald Trump automaticamente, como a crítica ao uso de máscaras de proteção facial, ao isolamento social, a vacina contra a covid-19, críticas até mesmo às diretrizes orientadas pela Organização Mundial da Saúde e a promoção do medicamento hidroxicloroquina muito defendido por Trump, premissas essas que logo em seguida ao posicionamento do presidente norte americano, foram discursadas repetidas vezes pelo presidente Bolsonaro à nação brasileira. Fora esse alinhamento automático e direto com os EUA, houve também inúmeros discursos de ódio do Presidente Bolsonaro, de seus filhos e parlamentares do governo em relação à República da China, devido os posicionamentos do presidente Donald Trump, acusando-os de serem os responsáveis pela disseminação do vírus da covid-19 e aproveitamento financeiro de toda a situação da pandemia, rejeitando e agredindo verbalmente a eficácia da vacina contra a covid-19 produzida pela China, isso tudo sobre o país que compete no cenário internacional com os EUA o papel de ator central das relações internacionais. Neste ponto podemos identificar a delimitação das fronteiras ideológicas estabelecidas antes no Governo de Castello Branco, se reativando no Governo Bolsonaro, uma vez explicitando seus ideais e valores pessoais acima da política e diplomacia brasileira, o atual presidente deixa claro uma série de inimigos pré-determinados através de seus discursos de ódio anti-China. De agora em diante, já podemos perceber a insuficiência do lado pragmático do paradigma, uma vez que durante as relações Brasil-EUA o governo Bolsonaro não colheu frutos valiosos e relevantes para o Brasil, levando sempre a relação para um lado ideológico e pessoal, retomando em proporções medíocres alguns dos passos de Gaspar Dutra e Castello Branco.

O paradigma globalista também não é muito bem relacionado às políticas exteriores do atual governo, uma vez que o primeiro chanceler a ocupar a cadeira do Ministério das Relações Exteriores traz discursos anti-globalista, por ter uma formação de ideias e opiniões a respeito do globalismo como um todo como uma doutrina que afastava o Brasil de seus valores primordiais, patriotismo nacional, família, religião e um possível promissor substituto do socialismo, como uma forma de futuramente implementar o comunismo no Brasil. (ARAÚJO, 2021; VILELA, 2019).

Essa ideia sobre o globalismo de Ernesto Araújo, difere da conceituação do paradigma globalista abordado e firmado pela autora Maria Regina (1994), que o caracteriza como uma visão voltada à globalização, universalização e diversificação das relações internacionais do Brasil sem constrangimento ideológico. O pensamento de Ernesto Araújo em relação ao globalismo como um todo, não é direcionado especificamente ao paradigma globalista, mas em certo sentido acaba indo de encontro, uma vez que a ideia abominada por Araújo a respeito do globalismo presente nas relações internacionais do Brasil, é caracterizada dentro do paradigma globalista conceituado por Maria Regina (1994). O ex Ministro apresentou inúmeras manifestações ao longo de sua gestão que demonstram a inflexibilidade dos valores do Governo Bolsonaro, na qual fizeram com que o Brasil cultivasse alianças fortes apenas com países de direita e extrema direita, como os Estados Unidos de Donald Trump, Israel de Beijamim Netanyahu e a Hungria de Viktor Orbán, a partir das narrativas de

Araújo de que a política externa brasileira se definia pela identidade brasileira como um país cristão, conservador e ocidental, afetando o lado de diversificação e universalização de relações do Brasil com outros países.

Há algum tempo, a China ocupa um espaço muito importante na política externa brasileira, sendo o principal parceiro econômico do Brasil e criando um vínculo de interdependência forte. Os recentes ataques sofridos por parte do Governo Bolsonaro, abalaram as relações diplomáticas entre os países, o intuito da política externa de Bolsonaro ser voltada mais para relações bilaterais que multilaterais, dando valor e preferência principalmente às políticas norte-americanas, acabou deixando de lado as relações com China e países Árabes. Durante a política externa de Bolsonaro, prevaleceu o paradigma americanista com viés ideológico, causando desprestígio ao paradigma globalista, devido a visão destacada por Araújo da universalização como algo prejudicial à nação brasileira, e não como uma forma de integrar o Brasil cada vez mais no cenário internacional através da diversificação entre os Estados, pensamentos estes que eram próprios e marcantes das era Cardoso-Lula. Alguns acontecimentos cruciais que destacam como a falta de diversificação e universalização foi prejudicial às nossas relações exteriores, foram as contínuas rejeições ao insumos, equipamentos de proteção individual (EPI's) e vacinas contra a covid-19, que primeiramente foram providos pela China, mas pôr o governo Bolsonaro associar o país ao não agrado norte americano e vertentes comunistas, como próprio Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo destacou "comunavírus", alegando que o vírus da covid-19 é a volta do "pesadelo comunista", acreditando que com a disseminação do vírus as barreiras entre os Estados nações se romperiam, e o globalismo entre as nações seria instaurado como uma forma de subverter futuramente ao comunismo, na qual a Organização Mundial da Saúde seria propulsora e ditadora de um possível novo ordenamento dos Estados, utilizando a instituição para a disseminação desses ideias e "planos comunistas". Em seu texto publicado, Araújo deixa claro como o globalismo entre as nações implica imprescindivelmente em um novo caminho para o comunismo, apenas mudando de formato. Como abordamos anteriormente, existe uma diferença entre o paradigma globalista conceituado e o globalismo generalizado e criticado por Ernesto, mas que coincidem por a ideia odiada por Araújo estar conceituada dentro do paradigma globalista, como a diversificação e universalização entre os Estados. Aqui notamos como este paradigma foi destratado e abandonado na gestão Bolsonaro durante a pandemia da covid-19, contexto em que se preferia receber medicamentos não comprovados cientificamente contra a covid-19, mas que foram enviados pelos Estados Unidos, do que vacinas comprovadas cientificamente contra a SARS-CoV-2. (ARAÚJO, 2021).

Por conta desses discursos de ódio anti-China, as relações exteriores brasileiras ficaram limitadas e condicionadas a poucos atores e que não auxiliaram o país, o Brasil recebeu as vacinas em um período retardatário que poderia ter sido evitado se as relações diplomáticas entre os Estados estivessem menos inamistosas, a demora e espera pelo auxílio contra a covid-19 custou a vida de 663.759 (seiscentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e novo) de brasileiros. Enquanto a diversificação e universalização das relações em governos anteriores, como de Lula e Cardoso, estavam provendo ao Brasil a saída do mapa da fome e o aumento de parcerias com medicamentos genéricos e vacinas contra doenças, no atual governo os acontecimentos têm sido de retrocesso e perda.

No período mais intenso da pandemia da covid-19, a política externa brasileira denota certa perda na autonomia de suas decisões, uma vez muito suscetível às premissas norte americanas, o presidente Bolsonaro preferiu seguir os exemplos emplacados pelo Presidente Donald Trump, deixando de lado a busca por um destaque de liderança no cenário internacional e abraçando a ideia de papel coadjuvante ao lado dos EUA. A busca pela inserção de novos temas na agenda brasileira abordados nos governos anteriores também teve perda de destaque na gestão Bolsonaro, pautas como direitos humanos e meio ambiente foram rechaçadas da política externa, tratados como subtemas e de forma incoerente, o que fez com que o Brasil sofresse algumas pressões de Estados, autoridades, sociedade civil e celebridades nacionais e internacionais para inserir melhor esses conteúdos na política externa. Este tratamento de inferioridade também se estendeu às relações do Brasil com países da América Latina, o ódio tardio e exagerado pelo comunismo, fez com que o presidente Bolsonaro atrapalhasse as relações do Brasil com países como Cuba e Venezuela, que foram oprimidos e subjugados pelas ações do atual governo; Cuba com a alteração do projeto "Mais médicos", que acarretou a saída do país da colaboração, e Venezuela que sofreu constantes ameaças de invasão por parte do governo norte americano e que tinha apoio do governo brasileiro, mantendo as tomadas de decisões da política externa brasileira em preferência a política norte americano, mal exercendo a real autonomia. Outro descaso aparente de nossas políticas foi a volta do Brasil ao mapa da fome em 2018, e em 2020 o registro de que 55,2% da população brasileira estava vivendo com insegurança alimentar, e em 2021 cenas de pessoas buscando de restos de comida em um descarte de ossos e carcaças foram o ápice do descaso com as políticas alimentares no Brasil. A autonomia do Brasil tanto âmbito internacional e nacional despencou em comparação a governos passados que tinham uma política ativista e não comodista. (PETROPOULEAS, 2022).

Conforme abordamos anteriormente, a diplomacia presidencial, foi um acontecimento que marcou a história da política externa brasileira de forma muito positiva nos Governos FHC e Lula, colocando o Brasil em papel de destaque no cenário internacional pelo grande engajamento nas agendas internacionais e pela participação assídua do próprio Chefe de Estado nos eventos, visitas oficiais e assembleias de instituições internacionais. Esse comprometimento autêntico e ativo é ausente na gestão de Jair Bolsonaro, em suas oportunidades de engajamento internacional, o Presidente se limita a fazer declarações e discursos de cunho pessoal e ideológico, exercendo quase uma 'anti-diplomacia presencial", na qual destaca comentários nocivos as relações diplomáticas brasileiras, como os ataques e acusações a China e a países socialistas como Venezuela e Cuba, gerando uma diplomacia limitada a interpretações pessoais e quebra de decoro em relação a alguns Estados, afastando o Brasil do destaque da figura de autonomia presidencial que uma vez fora executada no governo Lula e FHC e que trouxe significativos resultados para o país.

Já o paradigma de institucionalismo pragmático passou por algumas ambiguidades, como notado anteriormente, o presidente buscou alinhar-se com países ocidentais e de direita, Jair afirma que a aproximação se deve ao desejo de integrar o Brasil a países fortes economicamente, mas com o afastamento de outros países também desenvolvidos economicamente (China e países árabes), a justificativa fica ambígua, voltando ao lado de viés ideológico novamente. A falta de crença nas instituições internacionais e Organizações não governamentais (ONG's) denota perda das práticas anteriores da política externa brasileira, em algumas de suas manifestações, Bolsonaro critica a Organização Mundial da Saúde, alegando que a instituição ''não acerta em nada", na qual ele se referia às diretrizes de contenção da covid-19. As críticas às Organizações internacionais também não foram poupadas, durante um momento de críticas a sua gestão ambiental, Bolsonaro dispara contra as ONG's chamando-as de

"câncer" e alegando que "Não conseguia matar esse câncer", enquanto as Organizações apenas nutriam formas de combate ao desmatamento da fauna e flora brasileira, que muito ficou ameaçada durante a gestão Bolsonaro. O desprestígio e descrença do atual governo em relação às instituições internacionais se dá pelo fato conspiratório em que enxergam as instituições, em que acreditam que essas instituições internacionais e organizações não-governamentais, como Organização Mundial da Saúde e ONG'S ambientais estão todas organizadas e ornamentadas para a implementação da volta do comunismo, e por uma de suas principais premissas ser o exílio desta abordagem, o discurso de ódio se estende até essas entidades, desencorajando a integração destas na política externa brasileira. (SCHUCH, 2020; BOLSONARO, 2020).

Em síntese, nota-se que alguns desses paradigmas não tiveram continuidade durante a gestão de Jair, é notório o assombro aos ideais globalistas, o descaso com a autonomia e o não aproveitamento da premissa de institucionalismo pragmático. Já com o americanismo, enxergamos enorme apego e apreço, uma vez que a política externa se pautou principalmente a partir dos desenrolares dessas relações, Brasil e EUA, em que fulminou o início das dificuldades enfrentadas entre Brasil e China, alastrando-se mais ainda durante a pandemia da covid-19.

5 Considerações finais

Esta monografía possibilitou o estudo da política externa brasileira no período da pandemia da covid-19 por meio das relações entre Brasil, China e Estados Unidos, sob a égide de alguns paradigmas estabelecidos na PEB, como o americanista, globalista, institucionalismo pragmático e de autonomia.

Como observamos através das análises feitas, os paradigmas abordados no decorrer do trabalho, estiveram presentes na política externa brasileira durante muitos anos, sendo responsáveis pela consolidação de tradições e costumes presentes na PEB. A atuação destes paradigmas em governos passados, é demonstrado através de grande valia e consideração durante as tomadas de decisões dos governantes posteriores. Já no atual governo, gestão de Jair Bolsonaro, podemos perceber a descredibilidade frente a esses paradigmas, através das tomadas de decisões do atual presidente e das pastas de gestões governamentais, principalmente durante a condução da pandemia da covid-19.

O período de crise sanitária e diplomática, marcou a política externa brasileira pela maneira com que foram conduzidas as relações exteriores, através de muito desprestígio nas relações entre um dos principais parceiros econômicos do Brasil, a China. Os recorrentes ataques à República Chinesa, nos fazem perceber como a gestão de Jair estava empenhada em desorganizar a ordem da PEB já estabelecida anteriormente, com diversificação de parceiros políticos e econômicos. A priorização das relações com Estados Unidos e ataque a China, prejudicou o desempenho do Brasil no combate a covid-19, uma vez que um dos responsáveis pela fabricação da vacina contra a covid-19 era a China, país em que o Brasil insistia lutar uma guerra ideológica por seu apoio incondicional as diretrizes do presente norte americano Donald Trump.

Esse abandono de continuidade das premissas de cada paradigma estabelecido, trouxa a política externa brasileira a perda de autonomia, diversificação nas relações entre os Estados, ausência de integração e ativismo com as instituições internacionais e organizações não governamentais, que culminou o afastamento intencional da globalização das relações exteriores brasileiras, mantendo vigente apenas a permanência de um paradigma, o americanista, que esteve presente e foi o responsável pelos da política externa brasileira durante a condução da pandemia da covid-19, com alinhamento direto e automático do governo brasileiro com o norte americano, as diretrizes a respeito da luta contra a covid-19 se transformaram em ideológicas e pessoais, trazendo grande dificuldade para o combate e contenção do vírus no Brasil.

Por fim, podemos perceber como é importante a manutenção da continuidade desses paradigmas na política externa brasileira, pois eles foram alguns dos responsáveis pela consolidação da PEB, e a partir de suas descontinuidades na pandemia do SARS-Cov-2, foram notórias e desmedidas as consequências.

Referências

ARBEX, Thaís e GADELHA Igor. Governo admite que ataques à China travam chegadas de insumos para a vacina. **CNN**, jan 01, 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-admite-que-ataques-a-china-travam-chegada-de-insumos-para-vacina/_Acesso em: 15 set de 2021.

ARAÚJO, Ernesto. Chegou o Comunavírus, artigo publicado no portal **Metapolítica** 17. In: ARAÚJO, Ernesto. Política externa: soberania, democracia e liberdade. Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: Funag, 2021, p. 165-172.

BOLSONARO sobre ONGs ambientais: 'Não consigo matar esse câncer'. 03 set, 2020. **Isto** é, Disponível em: https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-ongs-ambientais-nao-consigo-matar-esse-cancer/. Acesso em: 03 jun de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro substitui programa Mais Médicos por Médicos pelo Brasil. **Exame**, 01 ago, 2019. Disponível em: https://exame.com/brasil/bolsonaro-substitui-programa-mais-medicos-por-medicos-pelo-brasil/. Acesso em: 02 jan de 2022.

CARVALHO, de Bruna Martoni. As políticas ambientais do governo Bolsonaro e suas consequências nas relações com o continente europeu. **Conjuntura Internacional**, 2019.

CASARÕES, G., & FLEMES, D. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **Social Science Open Access Repository.** Set, 2019. No 5, pp. 1-13.

CASARÕES, Guilherme. LATIN AMERICA AND THE NEW GLOBAL ORDER: Dangers and Opportunities in a Multipolar World. Cap. 04, The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy, 2020.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. A aliança da hidroxicloroquina: como líderes de extrema direita e pregadores da ciência alternativa se reuniram para promover uma droga milagrosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 55, n. 1, p. 197–214, 2021.

CASON Jeffrey W. e TIMOTHY J. Power. Residentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreing Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, 2009.

DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial: História e crítica. **FUNAG**, 2ª edição, rev. 2017.

COSTA SILVA, Álvaro e SARAIVA, Miriam Gomes. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais (Lisboa).** 2019.

CUNHA, Marcella. O Brasil saiu do mapa da fome. **Senado**, 16 set, 2014. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/09/16/brasil-saiu-do-mapa-da-fome-produzido-pela-onu_Acesso em: 13 mar de 2022.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial**: História e crítica. FUNAG, 2ª edição, rev. 2017.

DUARTE, Rodrigo; SANTANA, Diana. Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. **Revista de ciências sociais** – **UNESP.** Jan. 2020.

EDUARDO Bolsonaro culpa China por coronavírus e gera crise diplomática. Mar 19, 2021. **G1,** Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml. Acesso em: 06 out de 2021.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro diz que Relação com China é essencial no combate à pandemia da covid-19. **Correio Brasiliense**, set 09, 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4948525-bolsonaro-diz-que-rela cao-com-china-e-essencial-no-combate-a-pandemia.html. Acesso em: 10 fev de 2022.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes Analíticos y Conflictos de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1994, n.1 v.2.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. **DO AMERICANISMO AO UNIVERSALISMO: As Transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964.** 2006.

MARCELLO, Maria Carolina. Bolsonaro critica CoronaVac e volta a defender remédios sem eficácia contra Covid. **Isto é,** jun 24, 2021. Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-critica-coronavac-e/. Acesso em: 22 nov de 2021.

MAZUI, Guilherme. Fora da agenda, Bolsonaro s reúne com deputada da extrema direita da Alemanha. **G1,** jul 26, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/26/fora-da-agenda-bolsonaro-se-reune-com-deputada-de-extrema-direita-da-alemanha.ghtml. Acesso em: 12 nov de 2021.

MILITÃO, Eduardo. Sem provas, Bolsonaro cita de vírus de laboratório e lança dúvidas sobre China. **UOL**, mai 05, 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.ht ml. Acesso em: 08 ou de 2021.

MONTEAGUDO, Rafael Souto. Antiglobalismo e Colonialidade: Uma abordagem decolonial sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro. **Revista Neiba** – **Cadernos Argentina-Brasil.** Vol. 10, p. 01-22, 2021.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NINIO, Marcelo. Brasil deve levar a sério ataque a consulado, diz governo da China. **O globo,** set 23, 2021. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/marcelo-ninio/post/brasil-deve-levar-serio-ataque-consulado-diz-governo-da-china.html. Acesso em: 12 nov de 2021.

NOVA crise de Bolsonaro com a China ameaça superávit recorde com Pequim. Out 01, 2021. **Folha de São Paulo.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/nova-crise-de-bolsonaro-com-a-china-a meaca-superavit-recorde-com-pequim.shtml. Acesso em: 27 jan de 2022.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. Editora Saraiva, cap. 01, 2005.

Painel Coronavírus. Disponível em: https://covid.saude.gov.br. Acesso em: 27 abr de 2022.

PETROPOULEAS, Suzana. Volta do Brasil ao mapa da fome é retrocesso inédito no mundo. **Folha de São Paulo**, 23 jan, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-ret rocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml#:~:text=As%20iniciativas%20pavime ntaram%20a%20sa%C3%ADda,Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Agricultura) %20em%202014.&text=O%20pa%C3%ADs%20voltou%20ao%20Mapa,segundo%20p esquisa%20da%20Rede%20Penssan. Acesso em: 07 maio de 2022.

POWER, Timothy J. e Jeffrey W. Cason. "Residentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreing Policy Making in the Cardoso-Lula Era". **International Political Science Review**, 1 mar, 2009.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990).** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1. p. 46-81.

RIO, da Sucursal. Governo tem sucesso em Aids e vacinas. **Folha de São Paulo**, 23 out, 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2310200250.htm. Acesso em: 04 abr de 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A Diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas**. Mural Internacional, Ano I, Nº 1, jun, 2010.

SATO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Rev. bras.** polít. int. [online], v. 41, n.spe, p.8-28, 1998. ISSN 1983-3121.

SCHUCH, Matheus. Bolsonaro critica OMS e diz que entidade "não acerta nada". 18 jun, 2020. **Valor,** Disponível em: https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/06/18/bolsonaro-critica-oms-e-diz-que-entidade-no-acerta-nada.ghtml. Acesso em: 03 mar de 2022.

TRINDADE, Nísia e BUSS, Paulo e SOUSA Rômulo. A pandemia da covid-19, uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, ISSN 1678-4464, nº.7, Rio de Janeiro, julho 2020.

TRUMP rebate China por coronavírus e Pequim rebate: "mentiras". **Veja,** abr 28, 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/coronavirus-trump-culpa-china-sobre-pandemia-e-pais-rebate-mentiras/. Acesso em: 12 dez de 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Brasil recebe 2 milhões de doses de hidroxicloroquina. **Agência Brasil**, jun 01, 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/brasil-recebe-dois-milhoes-de-doses-de-hidroxicloroquina-dos-eua. Acesso em: 12 dez de 2021.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano** 47 - Journal of Global Studies, [S. 1.], v. 20, 2019.

VIGEVANI, Tullo e Gabriel Cepaluni. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 29, Nº 2, jul, 2007, p. 273-335.

VILELA, Pedro Rafael. Ernesto Araújo critica globalismo na política externa do Brasil. **Agência Brasil**, 02 jan, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ernesto-araujo-critica-globalismo-na-politica-externa-do-brasil